

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte JORNAL DE BRASÍLIA

Class.:

968

Data 10/11/85

Pg.:

## Mais de 50 anos de crises: a Funai

Memélia Moreira

Em 57 anos de existência, entre 1910 a 1967, o extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI) teve dez presidentes (ou diretores, como eram chamados). Com 18 anos de idade. A Funai, criada em 1967 para acabar com a corrupção do SPI, cujos cofres estavam a zero e os índios, como sempre, doentes e famintos, já foi ocupada por 13 presidentes e dezenas de diretores. No velho estilo da Bolívia pré-Siles Suazo.

De Cândido Mariano Rondon, primeiro diretor (ou presidente) do SPI, marechal positivista, que preferia morrer flechado a cometer violências contra os índios, ao general Bandeira de Mello, segundo presidente da Funai (o primeiro, Queiroz Campos, não conta, foi afastado por corrupção, quando era, apenas aprendiz de feiticeiro), ideólogo da doutrina de segurança nacional, nações indígenas inteiras foram dizimadas, líderes assassinados — entre eles, Marçal Tupã-Y, dos guaranis; Angelo Kretã, dos kaingang; Angelo Pankararé, dos pankararé — e territórios sagrados violados. Ou seja, a situação dos índios, de antes do SPI até hoje, continua inalterada, com um agravante: hoje, eles morrem mais porque nossas armas e doenças são mais eficazes.

Mas, qual a relação entre a eterna crise da política indigenista brasileira e a atual alta-rotatividade dos presidentes da Funai? Será que existe alguma relação? Claro que sim.

### Política

O começo dessa crise remonta à Velhíssima República, no início do século. Criado o SPI, ele foi entregue ao Ministério de Colonização e Migração, porque, nos anos 10 e 20, o País tinha uma política de ocupação do seu território, ainda não completamente seguro das fronteiras conquistadas. Mas, parece que os índios não se encaixavam direito nessa política, porque seus territórios sempre foram bem definidos por eles mesmos e não adiantava querer transferi-los para outras fronteiras, como guardiães das terras conquistadas.

Não deu certo e o SPI foi parar no Ministério da Guerra. Daí em diante, os índios se transformaram em bolinhas de pingue-pongue, jogados daqui pra lá, de um lado para outro, porque não se sabia exatamente o que fazer com esse bando de gente que, segundo os portugueses, nem alma tinha. Se a política governamental era produzir, lá ia o SPI para o Ministério da Agricultura. Se, ao contrário, o negócio era transformar os índios em mão-de-obra especializada, o SPI se mudava para o Ministério do Trabalho. E, nesse vaivém, o órgão terminou esbarrando no antigo Ministério da Guerra, retornando depois à Agricultura para, finalmente, ser extinto, em 1967, em meio a uma crise de credibilidade financeira e acusado por todos de, como sempre, não cuidar dos índios. Parece estigma, mas não é.

### Cobaías

Na verdade, essa política de pingue-pongue (ou ausência total de política indigenista), que se encerrou com a criação da Funai, definitivamente (?) vinculada ao Ministério do Interior (quando a Funai foi criada vivia-se o desenvolvimentismo e o responsável por essa política é o Ministério do Interior), não é um estigma e nem mesmo macumba baiana, como queria crer o ex-presidente do órgão, Octávio Ferreira Lima, assustado com um bando de pombinhas pretas que amanheceram na porta da Funai amarradas com fitas vermelhas. Não é também a oposição cerrada que a sociedade civil faz ao órgão governamental.

O fato é que essa minoria étnica foi sempre cobaia das diferentes políticas instaladas no governo do Estado brasileiro. Nunca houve, no Brasil, a menor preocupação, por parte das autoridades, mesmo as ditas democráticas, de parar um pouco e traçar uma política. Só testes. Não dá certo no Ministério da Guerra, passa para Agricultura. Não dá no Ministério do Trabalho, devolve para a Agricultura. Não dá no Ministério do

Trabalho, devolve para a Agricultura. Não dá certo Nelson Marabuto, entrega para Gérson. Alvaro Villas-Boas não se acerta, entrega para Apoena Meirelles. Enfim, um pingue-pongue onde os índios servem de cobaías, enquanto suas terras são invadidas e seus líderes morrem nas beiras das estradas, sob balas ou em acidentes inexplicáveis.

### Mercadoria

Pior ainda do que a ausência de política, é transformar os índios em objetos de compra e venda para apoiar esse ou aquele grupo político. São mercadorias. Determinado indigenista ou presidente da Funai está balançando no poder, não há dúvida. Contrata dez ou quinze respeitáveis xavantes, que correm a Brasília para defender o "escolhido". É claro que os respeitáveis líderes, xavantes ou xinguanos, sabem que não voltam para suas aldeias de bolsos vazios. No mínimo alguns pares de tênis, umas maquininhas de costura ou algumas bicicletas. O dinheiro acabou, retorna-se a Brasília para esperar qual o próximo lance do leilão.

E o dinheiro fica todo por aqui mesmo, sustentando as diferentes correntes políticas que manobram os 220 mil indivíduos, porque a compra e um, dois ou três líderes ainda sai mais barato do que traçar uma verdadeira política, juntando todas as opiniões em torno de uma mesa. Fica mais barato entregar dois bilhões aos xavantes, do que demarcar a terra dos katukina, dos ribkatsa. Fica mais barato corromper do que solucionar. Até mesmo porque, pela própria Constituição, os diferentes governos brasileiros acreditam que um dia vão se ver livres desse "bando de bugres". Basta ler para descobrir isso: as terras dos índios são repassadas à União desde que a tribo desapareça. Ora, é claro que a esperança é essa. Esperar que desapareçam e, enquanto isso, corromper ou tirar coelhos da cartola, dizendo que agora essa é a solução. O último coelho da cartola chama-se descentralização. Parece palavra mágica, desde que foi instalada a Nova República. Qualquer reivindicação ou sugestão será solucionada quando se descentralizar a Funai. Pode ser que dê certo. Ninguém sabe. É mais um teste para as 220 mil cobaías.

### Paz

O objetivo aparente da descentralização é robustecer o atendimento aos índios nas aldeias, nos postos ou, no máximo, nas delegacias. O objetivo político, entretanto, vem dos tempos dos coronéis (de Nobre da Veiga em diante, no Governo Figueiredo). Afastar de Brasília, o centro das decisões nacionais, um incômodo cada vez maior: os líderes, que procuram a capital para expor suas feridas. Mostrar, no centro do poder, que estão ou perdendo suas terras para o grupo Macline ou se corrompendo com 100 ou 200 milhões que se acabam em seis meses. E, é claro, de Brasília se irradiam as informações. De Brasília, o País inteiro fica sabendo que a Funai está cercada por policiais e cães e que os índios nem podem andar na perambulação dos corredores.

Para essa descentralização, o órgão tutor conta com 333 bilhões de cruzeiros, para o exercício de 86. Ou seja, 476 por cento a mais do que o orçamento desse ano. É um orçamento razoável para quem, em 1985, teve apenas 57,8 bilhões de cruzeiros. Já dá para começar algumas demarcações imperiosas, como a dos ribkatsa, dos tikuna e outros.

Nem a descentralização, entretanto, nem a troca de presidentes, vai solucionar o problema dos índios. A questão, segundo antropólogos, sertanistas, missionários e indigenistas de um modo geral é outra: é acabar com as decisões autoritárias, partidas de cima para baixo. Ou seja, sentar-se à mesa, assinar uma espécie de tratado de Moncloa com todos os interessados no destino dos índios brasileiros e traçar uma política que seja, no mínimo, uma trégua entre as duas civilizações. Caso contrário, a troca de presidentes continuará, como disse o Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto: "Tantos presidentes quanto necessário".